

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

IV – Direito a dignidade da pessoa humana

Art. 5º (...)

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

Este inciso costuma vir em provas em sua literalidade, por esta razão tem que memoriza-lo.

A primeira organização que se preocupou em conceituar esses termos foi a Comissão Europeia de Direitos Humanos (CEDH), após analisar um caso de violações sistemáticas aos direitos humanos na Grécia. Segundo essa organização:

- **Tratamento desumano:** é um tratamento que provoca grande sofrimento, físico ou mental. Não há razões para que ele aconteça e geralmente as pessoas são submetidas a esforços que passam dos limites humanos.
- **Tratamento degradante:** são os casos nos quais os indivíduos são levados a agir contra a sua vontade ou quando são humilhados perante si mesmos ou outras pessoas. O tratamento degradante é um tipo de tratamento desumano.
- **Tortura:** a tortura é um tratamento desumano aplicado sobre uma pessoa com um objetivo específico como, por exemplo, obter informações sobre a própria vítima ou um terceiro. A tortura seria então um tratamento desumano mais grave.

OBSERVAÇÃO

Os crimes hediondos e TTT (Tortura, Terrorismo e Tráfico de entorpecentes) são inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.

Para o Direito Internacional, a proibição à tortura é considerada uma norma de jus cogens, o que significa que todos os países devem obedecê-la, mesmo aqueles que não tenham assinado qualquer tratado ou convenção internacional sobre o tema.

V – Direito a liberdade de expressão

Art. 5º (...)

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Em um Estado democrático de direito, esse é um fundamento. Todos podem exercer seu direito de se manifestar, de forma oral ou escrita, podem manifestar o que pensam, todavia, não se admite o anonimato. Essa vedação ocorre para que, quem agir ou utilizar este direito e causar algum dano a terceiro, deverá ser responsabilizado.

É imperioso frisar que o STF não admite denúncias anônimas, todavia, estas servem como base para que o Estado tome providências destinadas a esclarecer, apurar os fatos e confirmar ou não a ocorrência de crime, de modo preliminar. Em sendo confirmado os fatos, poderá ser instaurado um procedimento formal, mas este será desvinculado da notificação de forma “anônima”.

O STF também entendeu que a “marcha da maconha” é compatível com a liberdade de expressão, foi uma decisão muito polêmica. Porém, segundo o STF a liberdade de expressão não pode ser invocada em casos de discurso de ódio, ou por exemplo, incitar o racismo etc.

QUESTÕES

Questão 01. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - ANM - Técnico em Segurança de Barragens) As práticas de tortura e de racismo são consideradas crimes inafiançáveis, porém, entre esses dois, apenas o crime de tortura deve ser considerado, pela lei, insuscetível de graça ou de anistia.

() Verdadeiro () Falso

Questão 02. (FGV - 2013 - FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE - Advogado) Pedro e Matheus são acusados da prática de crimes hediondos, tendo confessado os delitos. Após apuração imparcial verifica-se que a confissão foi obtida mediante

a utilização de meios considerados abusivos, classificados como tortura pelos investigadores.

Nos termos da Constituição de 1988, a tortura é considerada uma violação ao direito à

- a) privacidade.
- b) integridade física.
- c) igualdade.
- d) liberdade
- e) segurança.

Questão 03. (CESPE - 2012 - ANAC - Técnico Administrativo) A tortura é constitucionalmente proibida, exceto para salvar a vida de outras pessoas.

() Verdadeiro () Falso

Questão 04. (UEG - 2013 - PC-GO - Escrivão de Polícia Civil - Reaplicação) A Constituição Federal do Brasil garante a liberdade de pensamento, tanto no seu aspecto positivo quanto no negativo. Em razão disso, a livre manifestação do pensamento.

- a) deve ser interpretada, pelos órgãos administrativos e jurisdicionais, dentro dos limites que permitam o controle de emissões lícitas.
- b) é passível de apreciação pelo judiciário para apurar eventual responsabilidade civil e penal do manifestante.
- c) é passível de censura prévia pelo poder executivo, para aferição de prática de delito pelo manifestante.
- d) deve ser garantida a todas as pessoas, desde que não seja favorável à legalização de práticas criminosas.

Questão 05. (FUNDEP (Gestão de Concursos) - 2016 - Prefeitura de Uberaba - MG - Procurador do Município) Em relação ao direito de manifestação do pensamento, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As opiniões, os escritos ou as palavras proferidas por advogado no exercício profissional não caracterizam crimes contra a honra (calúnia, difamação e / ou injúria).
- b) É causa de responsabilização civil a publicação de matéria jornalística cujo conteúdo divulgue observações em caráter mordaz ou irônico ou, então, veicule opiniões em tom de crítica severa, dura ou, até impiedosa.
- c) A autoridade judiciária pode decidir sobre o que é ortodoxo em política ou em outras questões que envolvam temas de natureza filosófica, ideológica ou confessional, para estabelecer padrões de conduta cuja observância implique proteção moral da infância e da adolescência.
- d) O cerceio à manifestação do pensamento é inconstitucional.

GABARITO

Questão 01. Verdadeiro

Questão 02. Letra B

Questão 03. Falso (*Apesar de não haver direito absoluto, o Direito de não ser torturado se reveste de caráter absoluto*)

Questão 04. Letra B

Questão 05. Letra B